

BREVE HISTÓRICO E DADOS PARA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

ORTIZ, Lúcio Rangel Alves¹

CAMARGO, Regina Aparecida Leite²

Eixo Temático: DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO

O programa Bolsa Família foi criado pela Lei nº 10.836/2004, quando se pensou um Estado pós-neoliberal, após os governos considerados neoliberais da década de 1990, no sentido do Poder Público intervir para fomentar o desenvolvimento econômico e promover a distribuição de renda por meio de políticas públicas. O programa Bolsa Família possibilitou ao Estado ser agente fundamental de redistribuição de renda e estimular o desenvolvimento econômico. A proposta deste artigo é delinear como o programa Bolsa Família surgiu, como evoluiu ao longo do tempo, e verificar qual o montante de recursos públicos disponibilizados, os dados de número de famílias atendidas, o número de alunos matriculados e avaliar o possível impacto no IDH dos municípios, conforme Portal do Governo Federal. O método utilizado é bibliográfico e documental e os resultados buscam a análise e avaliação de política pública de transferência de renda e desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-Chave: Estado Pós-Neoliberal, Política Pública, Redistribuição de Renda.

ABSTRACT

The Bolsa Familia program was created by Law No. 10.836 / 2004, when it was thought a post-neoliberal state, after governments considered neoliberal 1990s, in the sense of the government intervenes to foment economic development and promote the income distribution by through public policies. The Bolsa Família program enabled to the State to be fundamental agent of income redistribution and stimulated economic development. The purpose of this article is to outline how the Bolsa Família program arised, how it has evolved over time, and verify the amount of public resources made available, the number of families served data, the number of students enrolled and assess the possible impact on the HDI municipalities as Portal of the Federal Government. The method used is bibliographical and documentary and the results they seek analysis and evaluation of public policy of income transfer and socio-economic development.

Keywords: Post-Neoliberal State, Public Policy, Income Redistribution.

1- INTRODUÇÃO

Como explicitado no resumo, inicialmente esse trabalho tinha o propósito de analisar dados do Programa Bolsa Família, disponibilizados nos sites do Ministério de

¹ UNESP Campus Franca, Mestrando Profissional em Planejamento e Análise de Políticas Públicas – e-mail: luciorangel.ortiz@gmail.com.

² UNESP Campus Franca, Doutora em Engenharia Agrícola e Docente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas – e-mail: regina@fcav.unesp.br.

Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Caixa Econômica Federal e DATASUS Bolsa Família, mas no momento esses sites estão com o acesso vedado. Sendo assim, o trabalho que se segue limitou-se a fazer um apanhado geral do surgimento e importância do Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família (BFP) foi adotado como política pública do Governo Lula para proporcionar inclusão social e redistribuição de renda para as famílias brasileiras mais pobres. Para isso o Estado precisou assumir um modelo mais interventor e fomentador nas questões econômicas e sociais, no sentido de ser um articulador de transferência de renda monetária para os beneficiários e, ao mesmo tempo, um papel estruturante, no sentido de proporcionar acesso aos serviços básicos de cidadania, sobretudo educação e saúde públicas.

Assim, o presente artigo procura verificar as origens históricas das políticas públicas de transferência de renda, o contexto da criação do Bolsa Família no Governo Lula, suas bases teóricas e os dados mais recentes publicados.

2 - UM ESBOÇO HISTÓRICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

No Brasil, políticas públicas de transferência de renda têm seu marco inicial em 1930, em momento que o país se encontrava em transição do modelo econômico de desenvolvimento agroexportador para um modelo urbano-industrial; e que teve de atender as demandas e necessidades da classe operária emergente. O então criado Sistema de Seguridade Social foi uma cópia do modelo “estado providência” dos países desenvolvidos para atender as camadas de renda mais baixas da população e proporcionar garantia de aposentadoria e benefícios securitários, conforme Silva (2012, p. 34).

De 1940 a 1970 o Sistema de Proteção Social no Brasil baseou-se nos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que foram expandidos para atender a proteção social, que por sua vez cumpria a função de reprodução da força de trabalho e, na época da ditadura militar, de legitimação do estado de exceção.

Na década de 1980, movimentos sociais, igrejas, sindicatos e instituições rearticularam sua ação política em busca da volta da legitimidade da democracia, o que desencadeou a fundação do Partido dos Trabalhadores, em cujo programa de ação constava o atendimento das demandas sociais por participação política e universalização de direitos. Esses dispositivos foram inseridos de cláusula pétreia na Constituição Federal de 1988, o que assegurou avanço significativo nos direitos sociais e cidadania regulada. A instituição da

Seguridade Social na Política de Saúde, da Previdência Social e da Assistência Social, proporcionou uma agenda política de atendimento aos cidadãos excluídos do mercado de trabalho.

Foi nesse contexto pós-Constituição de 1988, conforme Silva (2012, p. 35), que surgiu a agenda do debate sobre Programas de Transferência de Renda, sendo apresentado no Senado Federal o projeto de lei nº. 80/1991, do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), o qual destinava beneficiar todos os brasileiros residentes no país, maiores de vinte e cinco anos com uma renda correspondente a 2,25 salários mínimos, tendo como proposição a “Bolsa Escola”. Esse projeto do então senador Eduardo Suplicy é considerado o primeiro momento histórico dos programas de transferência de renda pelos debates na agenda pública que propiciou.

Num segundo momento, debateu-se que a renda mínima fosse incorporada na inovadora ideia de articular a garantia da renda mínima familiar com a educação, através da proposta de transferência monetária de um salário mínimo a toda família que mantivesse seus filhos dependentes, de 7 a 14 anos de idade, matriculados e frequentando a escola pública. Dessa maneira, buscava-se amenizar a pobreza e proporcionar formação educacional como forma de romper o ciclo da pobreza, ou seja, com uma associação de política compensatória (transferência de renda) com uma política estruturante (educação).

No terceiro momento histórico de programas de transferência de renda encontram-se as experiências municipais em Campinas, em Ribeirão Preto e em Santos (do Estado de São Paulo) e no Distrito Federal, que foram bem desenvolvidas e tiveram êxito em proporcionar elevação de escolaridade. Em 1996 o Governo Federal adotou uma política abrangente de transferência de renda com a criação do Programa de Erradicação de Trabalho Infantil (PETI), com implementação de Benefício de Prestação Continuada (BPC) pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

3 – O GOVERNO LULA E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS ADOTADAS

O primeiro mandato do Governo Lula (2003-2006) teve um início duvidoso, pois apesar do seu discurso de projeto socialista, que sempre defendeu de modo ortodoxo, no período eleitoral de 2002, assinou uma “Carta aos Brasileiros”, em que se comprometia a respeitar os contratos assinados pelo Brasil em relação a outros países, empresas e institutos internacionais. Muitos acreditavam que Lula não teria a competência necessária para comandar o país, por ser um sindicalista e ex-operário, sem curso superior.

Entretanto, no começo do primeiro mandato, Lula declarou que o país precisava de um planejamento estratégico, de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, e colocou como prioridade as necessidades dos mais pobres, que demandavam emprego, educação, saúde e alimentação.

Inicialmente, Lula manteve a estabilidade macroeconômica alcançada no governo anterior de FHC, a fim de demonstrar responsabilidade nas finanças públicas, bem como acalmar o mercado interno. Lula focou no seu projeto econômico de mercado interno as pequenas, micro e médias empresas, bem como investiu em infraestrutura e capacidade tecnológica. Para isso, efetuou reformas institucionais (fiscal, previdenciária, agrária, trabalhista e política), o que então propugnou um “pacto social” do trabalho e capital produtivo, o que caracterizou no seu governo uma “convenção de desenvolvimento”, confirmada na recusa do projeto neoliberal do Consenso de Washington e na busca de inserir o país como ator global mais atuante no plano internacional.

Segundo Erber (2011, p. 36/37), para governar e garantir que seu “pacto social” amplo acontecesse, Lula teve que fazer um “presidencialismo de coalizão”, o que deu certo com a expansão comercial de liquidez internacional e a vantajosa concentração para o país das *commodities* primárias.

Contudo, o que marcou o Governo Lula foi a centralidade das políticas públicas de inclusão social e redistribuição de renda, o que o caracterizou como governo de política econômica denominada de Novo Desenvolvimentismo, conforme expõe Mercadante Oliva (2010, p. 17). As várias ações sistemáticas de combate à pobreza e às desigualdades sociais, com forte direcionamento de políticas para dinamizar o mercado interno de consumo de massa, proporcionaram crescimento econômico consistente e substancial.

Houve no período uma combinação de crescimento econômico sustentado, com PIB quase ao dobro da média histórica, estabilidade econômica pelo controle da inflação, contenção de déficit público e redução da vulnerabilidade econômica externa, distribuição de renda com retirada de 28 milhões de pessoas da condição de pobreza, consolidação da democracia com participação social nas políticas públicas e controle social com a devida transparência, liderança na agenda ambiental em investimento de energias renováveis e uso de recursos naturais estratégicos e biodiversidade a fim de reduzir o desmatamento e emissões de gases de efeito estufa, crescimento do protagonismo internacional, fazendo o país alcançar e consolidar novos mercados externos e destaque em variados temas (meio ambiente, economia, segurança e combate a fome).

Com esta articulação combinada do Governo Lula, os resultados foram expressivos, com criação de mais de 14,5 milhões de empregos, transferência de renda propulsão pela Bolsa Família, que atingiu 68 milhões de pessoas, ou seja, 1/3 da população brasileira, juntamente com um aumento real do salário mínimo, que proporcionou forte expansão do mercado interno de consumo de massa; o que concretizou a experiência brasileira de redução de desigualdades, comprovada por inúmeras pesquisas.

Com as medidas do Governo Lula o Brasil se tornou protagonista internacional, visto como exemplo em várias áreas, principalmente quando deixou de ser devedor do FMI e passou a ser credor, ainda fez as maiores reservas cambiais internacionais da história, o que foi uma medida de prevenção acertada em relação à crise financeira internacional de 2008.

No segundo mandato do Governo Lula (2007-2010), houve a consolidação da estabilidade econômica e crescimento sustentado pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o que possibilitou investimento público em infraestrutura, aprimorando-se as Parcerias Público-Privadas, o que proporcionou novo padrão de desenvolvimento. Houve, no período, redução da relação da dívida pública, PIB e inflação com devido controle, sem apelar para processos de privatização do patrimônio público ou criação de novos tributos. O país assumiu liderança mundial em energia limpa e construção de uma economia verde, bem como houve expansão de consumo de alimentos, o que demandou alta produção agrícola.

Por esse cenário de resultados positivos da economia brasileira, o país foi então considerado modelo de Estado do novo desenvolvimentismo, o que caracteriza um governo de Estado pós-neoliberal.

4 - A ORIGEM DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Em 2001, no segundo mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso, houve uma expansão de programas sociais de transferência de renda, baseados no programa nacional do “Bolsa Escola”, tendo destaque o “Bolsa Alimentação”, que juntos alcançaram 5.561 municípios brasileiros, o que proporcionou uma grande rede de proteção social.

E no primeiro mandato do Governo de Luís Inácio Lula da Silva, foram realizados estudos de viabilização de uma Política Pública de Transferência de Renda abrangente, a fim de enfrentar a questão da fome, além de ser implementado o Plano Fome Zero de modo gradual, e em conformidade com o Programa de Renda Básica de Cidadania proposto pelo Senador Eduardo Suplicy.

Assim, foi desenvolvido o Programa Bolsa Família para unificar os programas sociais pré-existentes: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Auxílio Gás e Cadastramento Único do Governo Federal.

E com a unificação dos programas sociais de transferência de renda, o Bolsa Família foi sancionado pela Lei nº. 10.836/2004, com três grandes eixos: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares, tendo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no comando do referido programa de política pública.

5 - BASES TEÓRICAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Fome Zero foi um dos pilares da campanha de Lula para as eleições de 2002. Erradicar a pobreza extrema de um país agroexportador e uma das maiores economias mundiais era não só necessário como imperativo. Para Barbosa (2010, p. 6-7):

Lula criou o programa Fome Zero para combater a pobreza extrema. Em 2004-2005, a estratégia foi aperfeiçoada por intermédio da integração das diversas ações de combate à pobreza em único programa, o Bolsa Família. Baseado em experiências similares na esfera municipal, tal programa consiste na transferência de renda para famílias em extrema pobreza e tem como principais condições para acesso ao benefício o acompanhamento de nutrição, da saúde e da frequência escolar das crianças das famílias atendidas. Ao final de 2005, o valor total do Bolsa Família atingiu 0,3% do PIB, beneficiando 8,7 milhões de famílias. (BARBOSA, 2010, p. 6-7)

Isso significa que, aproveitando a situação econômica confortável, o já presidente Lula destinou um percentual do orçamento público para a promoção do desenvolvimento social e, conseqüentemente, um crescimento econômico mais igualitário. Segundo Erber (2011):

Conforme Erber (2011, p. 31-55), este consta no seu ensaio o seguinte:

Reconhecida a prioridade a ser dada a uma distribuição de renda mais equitativa, inclusive para os objetivos de maior crescimento, recomendava-se não só o investimento em capital humano através da educação, como políticas “focalizadas” nos “pobres”. A “focalização”, que seguia o cânone estabelecido por instituições internacionais como o Banco Mundial, encontrava apoio no diagnóstico de que os gastos sociais feitos pelo Estado brasileiro eram significativos... A solução, pois, era a “focalização” nos “pobres” através de mecanismos institucionais eficientes e eficazes, mesmo que tal orientação estivesse em oposição ao “universalismo” defendido pelo PT. O Bolsa Família viria a concretizar a focalização. (ERBER, 2011, p. 31-55)

O autor observa que o presidente Lula teve que adotar um presidencialismo de coalizão, aceitando as regras do jogo do mercado, como manter superávit primário, inflação controlada, estabilidade de preços, ou seja, a concepção institucionalista de desenvolvimento. Mas ao mesmo tempo adotou programas de políticas públicas que pudessem proporcionar a redistribuição de renda prometida na sua campanha, atingindo o segmento da população mais carente e destituído dos benefícios do Estado. A política de transferência de renda necessitava também melhorar os índices da educação e saúde da população mais vulnerável socialmente.

Segundo Campello (2015, p. 13), o Programa Bolsa Família teve como objetivo contribuir para a inclusão social das famílias em situação de miséria, a fim de estimular avanços na saúde e educação e interromper o ciclo de pobreza reproduzida entre gerações nos segmentos sociais vulneráveis. Para isso precisou unificar os programas de transferência de renda no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), como estratégia federativa de gestão de garantir a oferta e acesso a serviços básicos de cidadania, mas com as devidas condicionalidades. Segundo Campello, o programa atingiu seu objetivo e superou as expectativas nos impactos de condições de vida da população.

As condicionalidades do Programa Bolsa Família proporcionaram às famílias o acesso a serviços básicos de educação, saúde e assistência social, o que demandou uma articulação intersetorial institucional, sendo necessária uma parceria com estados e municípios para sua execução. Com o CadÚnico, o programa atingiu 13,8 milhões de beneficiários. Sua eficácia é checada pelo cruzamento de dados informados pelos beneficiários com os registros administrativos do Governo Federal, e comprovam que os resultados esperados foram alcançados com baixo custo para os cofres públicos.

Segundo Mercadante (2010, p. 362): *Criado no final de 2003, o Programa Bolsa Família transformou-se em pouco tempo em uma das iniciativas mais exitosas de redução da pobreza e de inclusão social*". Mas, o mesmo autor deixa claro que não se trata apenas de um programa assistencialista:

O programa Bolsa Família comporta três eixos de atuação: a transferência direta de renda para promover a melhoria imediata das condições de vida das famílias em situação de pobreza; o acesso efetivo das famílias aos serviços básicos de educação, saúde e assistência social; e a integração com outras ações e programas de governo e da sociedade civil voltado ao desenvolvimento de alternativas de ocupação, geração de renda e elevação do bem-estar das famílias pobres. (MERCADANTE, 2010, p. 363)

O acesso ao Programa Bolsa Família está sujeito ao cumprimento, pelas famílias beneficiárias, de suas condicionalidades e da atualização regular dos dados cadastrais. As principais condições dizem respeito ao envio dos filhos à escola e o acompanhamento nutricional e de saúde. Dessa forma,

o Programa promove um impacto direto no acesso às escolas da rede pública de ensino e na saúde das famílias atendidas. Para o mesmo Mercadante (2010, p. 364): *“o Ministério da Saúde avalia que o Bolsa Família, em conjunto com o Programa Saúde da Família, também tem contribuído para a redução dos índices de mortalidade infantil e de desnutrição, principalmente nas regiões mais pobres do país, do Norte e Nordeste.”*

De modo contundente, Mercadante defende e explicita que o programa Bolsa Família foi o principal programa social de transferência de renda do Governo Lula, que proporcionou ganho social ao elevar a frequência escolar no ensino fundamental no país bem como reduzir a mortalidade infantil e a desnutrição. O que vai de encontro com sua tese de que Lula efetuou uma política neodesenvolvimentista, ou seja, aplica princípios do capitalismo, na perspectiva de um Estado de Bem-Estar Social, mas ao mesmo tempo fomenta políticas de desenvolvimento social, caracterizando o Governo Lula como pós-neoliberal.

Conforme Porchmann (2013, p. 154):

A despeito da ampliação da cobertura e dos valores pagos aos aposentados e pensionistas, da incorporação de mais de 12 milhões de famílias no programa Bolsa Família e da inclusão bancária e creditícia de milhões de brasileiros, o endividamento público caiu de mais de 55% do PIB, em 2002, para cerca de 40% do PIB, em 2010. Simultaneamente, a pobreza caiu mais de 30% desde 2003 e o Brasil conseguiu voltar a permitir a ascensão social para milhões de brasileiros, após mais de duas décadas de congelamento das oportunidades educacionais, de renda e de ocupação. (PORCHMANN, 2013, p. 154 in: SADER (org.), 2013).

Porchmann (2013, p. 154) defende que os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma representaram uma nova lógica de atuação do Estado no sentido de ser, efetivamente, de “Bem Estar Social”, com as devidas políticas sociais inseridas no contexto do crescimento econômico e pujança governamental, o que fez o Brasil saltar de 13^a a 8^a maior economia mundial.

Há de se ressaltar que o papel assumido pelo Estado foi o de dar maior ênfase nas questões sociais, o que proporcionou a inclusão social dos miseráveis e pobres e sua mudança à uma situação de cidadania, com acesso à bens de consumo, educação, nutrição e saúde.

6 - DADOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Do montante de todo seu orçamento, 25% do PIB são destinados recursos públicos para todos os programas sociais do Governo Federal, segundo Estudo Técnico nº. 03/2012 do MDS/SAGI. Pelos resultados de pesquisa do IPEA, organizada por Teresa Campello e Marcelo Neri (2014, 49) na obra “Programa Bolsa Família: dez anos de inclusão e cidadania”, de 2003 a 2011, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) do IBGE constatou

que a renda *per capita* brasileira aumentou 40%, o que fez o coeficiente do Gini diminuir de 0,576 para 0,523. A extrema pobreza teve queda de 8% para pouco mais 3% da população, enquanto que a situação de pobreza recuou de 16% para 6%, ou seja, as medidas adotadas proporcionaram resultados positivos de erradicação de pobreza e extrema pobreza, conforme as PNADs. O Programa Bolsa Família alterou, de modo significativo, a composição de renda dos mais pobres. Do montante dos alunos matriculados pelo PBF, são 12 milhões.

O perfil socioeconômico dos beneficiários do PBF foi efetuado pelo CadÚnico, o que possibilitou identificar 25,3 milhões de famílias com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo, que é a faixa de renda do público prioritário, sendo que 13,9 milhões de famílias receberam benefício médio de R\$ 149,71. As famílias beneficiadas eram compostas por, em média, 3,6 pessoas, sendo a maior parte residente da região Nordeste.

Em relação aos arranjos familiares, verificou-se que em 42,2% das famílias atendidas, chefes familiares eram mulheres, seguido depois por 37,6%, de casais com filhos. Um total de 48,8% das famílias são formado por jovens de até 17 anos, 69% tinham ensino fundamental incompleto, e 20,3% dos beneficiários com 25 anos ou mais eram analfabetos. A maioria das famílias era de cor preta e parda.

Avaliou-se que o Bolsa Família, em 2009, realizou coleta de dados com metodologia *quasi* experimental, de 15.426 famílias, o que abrangeu 269 municípios. De toda a cobertura das famílias, 53% das famílias acobertadas tiveram elevação de IDH nos municípios que residem.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar os resultados iniciais da pesquisa sobre o Programa Bolsa Família, pode-se verificar que o seu objetivo de programa social foi enfrentar a questão da pobreza extrema no Brasil, e que para tanto foi necessária uma política de transferência de renda, com a ajuda de municípios comprometidos com a causa de combater a desigualdade social e proporcionar a redistribuição de renda e dos serviços do Estado no país.

Os resultados mostram que as famílias assistidas tiveram aumento na sua renda, o que as ajudou a alcançar um nível econômico além de mera subsistência. O cumprimento das condicionalidades possibilitou que crianças e adolescentes beneficiárias frequentassem mais a escola e os postos de saúde, escapando da rua e do trabalho escravo infantil ou degradante.

Espera-se que no decorrer da pesquisa de dissertação de mestrado sobre o Bolsa Família no município Franca, seja possível delinear um quadro efetivo da melhoria dos índices de qualidade de vida das famílias beneficiárias.

8 - REFERÊNCIAS

BARBOSA, Nelson; SOUZA, José Antonio Pereira de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (org.) *Brasil: entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo, 2010. Link: <<https://nodoctruments.files.wordpress.com/2010/03/barbosa-nelson-souza-jose-antonio-pereira-de-a-inflexao-do-governo-lula-politica-economica-crescimento-e-distribuicao-de-renda.pdf>> Acesso em 25 jul. 2016.

CAMPELLO, Tereza; NERI, M. C. (org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2014. 87 p.

ERBER, Fabio. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.31, n.01, mar. 2011, p.31-55.

MERCADANTE OLIVA, Aloízio. **As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)**. 537f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PORCHMANN, Márcio. Políticas Públicas e Situação Social na 1ª década do século XXI. In: SADER, Emir (org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 145-156.

SADER, Emir (org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SILVA, Janaína Ruviano da. Programas de transferência de renda: algumas reflexões sobre seus impactos na educação brasileira. *Conversas e controvérsias*. Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 32-42. 2011/2. Link: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/conversasecontroversias/article/view/7804/7251>>. Acesso em 11 jul. 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda. *Repositório. GAEPF Artigos Científicos*. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). 2007. Link: <<https://repositorio.ufma.br/jspui/bitstream/1/157/1/O%20BOLSA%20FAMILIA.pdf>>. Acesso em 11 jul. 2016.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Programa Fome Zero do Presidente Lula e as perspectivas da Renda Básica de Cidadania no Brasil. *Saúde e Sociedade*, v. 12, n. 1, p. 61-71, jan-jun 2003.

TELLES, V. S. e PAOLI, M. C. “Direitos Sociais: Conflitos e Negociações no Brasil Contemporâneo”, in: ALVAREZ, Sonia et al. *Cultures of politics. Politics of cultures: re-visioning Latin American social movements*. 1998. Westview Press, Colorado and Oxford, 1997.